

# PREGÃO ELETRÔNICO

90009/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC (154503)

## OBJETO

Contratação serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B” para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 140.100,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 18/05/2026 às 09h30min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
Exigências de habilitação .....	14
Habilitação jurídica.....	14
Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	15
Qualificação Econômico-Financeira.....	15
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
10. DOS RECURSOS .....	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº .900092026.**  
(Processo Administrativo nº 23006.002368/2026-03)

Torna-se público que a **Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC**, sediada na Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André – SP – CEP 09210-580, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B” para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11 *pessoas físicas.*

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que

integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento

favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *valor unitário e total do item;*

5.1.2 *marca;*

5.1.3 *fabricante;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 5% (cinco por cento)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita

Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

6.21.2 empresas brasileiras;

6.21.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1 contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

### Exigências de habilitação

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.2. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.11. Ato de autorização para o exercício da atividade conforme Termo de Referência Item 4.1 e subitens.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 8.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **[capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de [definir percentual, limitado a 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente]**.
- 8.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.28. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.29. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.30. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.30.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.31. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

8.32. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.33. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.34. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.35. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.36. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

8.36.1 *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio de consulta à Seção Ambiental/Prefeitura Universitária, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, via e-mail [coleta@ufabc.edu.br](mailto:coleta@ufabc.edu.br) - título da*



*mensagem: “Solicitação de Agendamento de Vistoria – Pregão Eletrônico 90009/2026, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

8.36.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.37. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.37.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.38. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.38.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.39. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.39.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.40. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.40.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.40.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.41. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.39.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 24 (vinte e quatro) horas, para:

8.41.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.41.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.41.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.41.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.42. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.43. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.44. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.39.1.

8.45. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.46. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.47. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de [05] dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até [05] dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de [05] dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: *cpl@ufabc.edu.br*.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://sig.ufabc.edu.br/public/jsp/portal.jsf>.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.2 *Anexo I.1 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO*
- 13.11.3 *Anexo I.2 – Termo de Ciência e concordância;*
- 13.11.4 *Anexo I.3 – ABRIGOS DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFABC;*
- 13.11.5 *Anexo I.4 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA;*
- 13.11.6 *Anexo I.5 – DESCRIÇÃO DOS RESÍDUOS QUÍMICOS (ESTIMATIVA);*
- 13.11.7 *Anexo I.6 – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IIMR);*
- 13.11.8 *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;*

Santo André, 04 de maio de 2026.

**Wender Teixeira Guidine**

Pregoeiro Oficial

Portaria UFABC nº. 4.754, de 24/02/2025,

Publicada no Diário Oficial da União de 25/02/2025.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.**

Seção Ambiental/Prefeitura Universitária

(Processo Administrativo nº 23006.002368/2026-03)

#### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

##### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria "B" para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria "B" para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).	24708	kg	10.000	R\$ 14,01	R\$ 140.100,00





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, sequência 02.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os resíduos químicos da categoria “B” são gerados pelas atividades diárias de ensino, pesquisa e extensão da UFABC, as quais são essenciais ao cumprimento da missão institucional da Universidade e, portanto, necessidades permanentes da Instituição, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar, sequência 02.

#### **Prazo de vigência**

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do dia 03 de julho de 2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, sequência 02.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 07722779000106-0-000001/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;
- III. Id do item no PCA: 492;
- IV. Classe/Grupo: 942 – Serviço de Eliminação de Rejeitos; e,
- V. Identificador da Futura Contratação: 154503 -295/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, sequência 02.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

4.1.1. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, o Contratado deverá observar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), o Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e Instruções Normativas IBAMA nº 12, de 20 de agosto de 2021, e nº 13, de 23 de agosto de 2021:

4.1.1.1. Estar regularmente cadastrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

4.1.1.2. Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

4.1.1.3. Possuir autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.1.1.4. Estar regularmente cadastrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), conforme os Anexos I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 12, de 20 de agosto de 2021.

4.1.2. O Contratado, em qualquer fase do gerenciamento de resíduos perigosos, nos termos da Lei Federal nº 12.305/2010 e do Decreto Federal nº 10.936/2022, deverá:

4.1.2.1. Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

4.1.2.2. Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

4.1.2.3. Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos, adotando, de imediato, todas as medidas de remediação, contenção e limpeza necessárias para mitigar danos ambientais e à saúde pública.

4.1.2.4. Atender aos requisitos das Normas Brasileiras Regulamentadoras, que estiver vinculado por legislação ambiental vigente e aplicável ao objeto.

4.1.3. Cumprir o disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), no Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, na Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006), na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005), na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018), sem prejuízo ao atendimento das demais legislações federais, estaduais e municipais e diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários vinculados à perfeita e regular execução do objeto.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

4.1.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todas as consequências decorrentes de sinistros ocorridos em sua operação, devendo manter para seus veículos seguros com cobertura para danos materiais, corporais e de responsabilidade civil ambiental, compatíveis com os riscos e a dimensão do serviço executado.

4.1.5. Conforme o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da UFABC-PIGRE (2º edição), realizar o gerenciamento adequado dos resíduos, em todas as suas etapas, minimizando os riscos de contaminação do solo e da água, disseminação de doenças e muitas outras formas de destruição ambiental, de forma a preservar a saúde pública e o meio ambiente.

4.1.6. Os resíduos químicos deverão ser acondicionados em recipientes que atendam às normas técnicas vigentes e às especificações do tipo de resíduo, prevenindo vazamentos, contaminações ou danos ambientais.

4.1.7. Possuir veículo de acordo com as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para o transporte dos resíduos perigosos, equipado com balança, sinalização e dispositivos de segurança.

4.1.7.1. A balança deverá ser calibrada periodicamente e os registros das verificações/calibrações deverão ser mantidos pelo Contratado. As despesas oriundas das pesagens e medição ficarão a cargo do Contratado, ficando o Contratante isento de quaisquer pagamentos referente a este serviço.

4.1.7.2. O Contratante se resguarda no direito de, eventualmente, fazer verificações próprias na balança e comunicar o Contratado sobre eventuais não conformidades para providências.

4.1.8. Fornecer aos empregados os equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.1.9. Os motoristas que realizarão o transporte deverão possuir carteira do MOPP (Movimentação e Operação de Produtos Perigosos) ou CNH (Carteira Nacional de Habilitação), desde que nela esteja inserida, em campo específico, a comprovação da realização do curso MOPP ou de transportador de cargas perigosas.

4.1.10. Promover condições de igual oportunidade de trabalho, independentemente do sexo, nacionalidade, credo ou orientação sexual do/a empregado/a, cabendo ao Contratado observar e cumprir o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Convenção Coletiva da Categoria (CCT) e na Constituição Federal de 1988.

4.1.11. Orientar seus empregados no sentido de prevenir e eliminar práticas ou comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de sujeitos em razão de orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, raça, etnia etc.

4.1.12. Propiciar condições salutaras de laboração e de adequado desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que são desempenhadas no âmbito da UFABC, resguardando toda a comunidade universitária que frequenta o campus de Santo André e de São Bernardo do Campo.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

4.1.13. Comunicar imediatamente, a qualquer horário, à UFABC e às autoridades competentes, sempre que identificado qualquer fato/ação envolvendo assédio, desrespeito, preconceito ou discriminação, independentemente de quem seja o agente coator, dentro das dependências da UFABC.

4.1.14. Fornecer o Relatório de recebimento de resíduos químicos e Certificado de Destinação Final (CDF), emitidos através do sistema do órgão competente.

#### **Subcontratação**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, quanto ao tratamento e destinação final dos resíduos químicos, conforme o Estudo Técnico Preliminar, sequência 02, nas seguintes condições:

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, sequência 02.

#### **Vistoria**

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 11h30 horas e das 14h às 16h30 horas, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

4.10.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.10.2. O agendamento prévio da vistoria deverá ocorrer por meio de consulta à Seção Ambiental/Prefeitura Universitária, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, via e-mail [coleta@ufabc.edu.br](mailto:coleta@ufabc.edu.br) - título da mensagem: "Solicitação de Agendamento de Vistoria – Pregão Eletrônico [XX]/2026".

4.10.3. Na ocasião da vistoria, será fornecido uma "Declaração de Vistoria", documento que demonstra que a empresa está ciente de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações.

4.11. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O Contratado deverá se responsabilizar junto aos órgãos de controle ambiental e sanitário competentes pela obtenção das Autorizações, Licenças, Cadastros e outros documentos necessários a plena e regular execução dos serviços, tais como o CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental).

5.1.1.1. O Contratado deverá iniciar os procedimentos para obtenção do CADRI na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e enviar cópia do protocolo do pedido para o Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU).

5.1.1.2. Caso aplicável, o Contratado deverá também iniciar os procedimentos para obtenção de Autorização de recebimento de resíduos, ou documento equivalente, emitida pelo órgão competente do Estado de destino e enviar cópia do protocolo para o Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU).

5.1.1.3. O início da execução dos serviços fica condicionado à apresentação das respectivas licenças e autorizações definitivas e aprovadas pelos órgãos competentes.

5.1.1.4. O Contratado será responsável por quaisquer ônus referente à obtenção e manutenção do CADRI e outros documentos necessários a plena e regular execução dos serviços.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

5.1.1.5. O Contratado deverá manter todas as condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, exigidas no procedimento licitatório, sem prejuízo da obtenção de licenças e autorizações expedidas pelos órgãos ambientais e sanitários, as quais serão providenciadas pelo Contratado sem custos para o Contratante.

5.1.2. Os serviços deverão ser requisitados pelo Contratante com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

5.1.2.1. Início da execução do objeto: na data indicada na Ordem de serviço.

5.1.2.2. A Ordem de serviço será emitida de acordo com a demanda do Contratante, respeitando o limite quantitativo estipulado no item 1.

5.1.2.3. A prestação dos serviços será realizada por meio de coletas programadas, podendo ser bimestrais, trimestrais, semestrais ou de acordo com o interesse do Contratante.

5.1.2.4. O Contratado deverá concluir a coleta na mesma data de início da execução do serviço, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Contratante.

5.1.2.5. Na impossibilidade do atendimento de coleta programada, o Contratado deverá comunicar ao Contratante os motivos que impossibilitem o seu cumprimento, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de início da prestação do serviço.

5.1.2.6. Não deverá ser estabelecida pelo Contratado uma quantidade mínima de resíduos a serem coletados.

5.1.3. O Contratado deverá dispor de empregados, materiais e equipamentos suficientes no início da prestação dos serviços, bem como durante todo o decorrer da contratação.

5.1.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e/ou de eventual subcontratada e do Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.5. O prazo indicado no item 5.1.2 poderá ser reduzido em situações de emergência da Contratante, conforme descrito no item 5.3.1.

5.1.6. As demais obrigações do Contratado e do Contratante estão previstas neste Termo de Referência e no ANEXO I.

### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em qualquer campus do Contratante, conforme endereços abaixo:

5.2.1. Campus Santo André: situado na Avenida dos Estados, nº 5001 - Bairro Bangu - Santo André/ SP - CEP 09.280-560.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

5.2.2. Campus São Bernardo do Campo: situado na Alameda da Universidade, s/n - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo/SP - CEP 09.606-045.

5.2.3. Demais unidades que venham compor o Contratante, dentro da Região do Grande ABC.

5.3. Os serviços serão prestados conforme agendamento com o Contratante, de segunda à sexta-feira das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

5.3.1. Em situações de emergência da Contratante, os serviços poderão ser executados fora dos dias e horários informados, desde que convocados pelo Gestor do Contrato, conforme a Ordem de Serviço emitida pelo Contratante.

5.3.2. Caso seja de interesse do Contratante, os serviços poderão ser realizados no mesmo dia para os campus localizados em municípios diferentes.

5.3.3. Na hipótese do item anterior, o Contratado se obriga a emitir a Nota Fiscal/Fatura separadamente por município, indicando a quantidade de resíduo efetivamente coletada em cada localidade.

5.3.4. As fotos dos abrigos de resíduos químicos da categoria "B" dos campus Santo André e São Bernardo do Campo estão relacionadas no ANEXO III.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4. De acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e normas correlatas, os serviços do Contratado compreenderão:

5.4.1. Acondicionamento: O acondicionamento dos resíduos químicos em embalagens secundárias (Overpack), quando for necessário, agrupando assim embalagens menores para facilitar o manuseio, transporte e segregação de substâncias incompatíveis. As embalagens externas devem ser robustas suficientemente para o manuseio, acomodação/empilhamento e transporte até o local de tratamento e destinação final.

5.4.2. Coleta: a remoção dos resíduos químicos do abrigo e/ou, quando necessário, de Laboratórios do Contratante, por pessoal treinado, com vestimenta e equipamentos de proteção individuais (EPI) e colocação em veículo de frota (licenciado e identificado) para o transporte dos resíduos. Nessa etapa, o Contratado deverá emitir recibo com a indicação da pesagem em kg (quilograma), efetuada pela balança calibrada e certificada, para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pelo Contratante. Durante os procedimentos de coleta, o Contratado deverá sinalizar ou, se necessário, isolar a área de execução dos serviços, com o objetivo de garantir a segurança dos seus empregados, da comunidade do Contratante e de terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes exigidas pela legislação vigente.

5.4.3. Transporte: remoção dos resíduos químicos das dependências do Contratante até a unidade de tratamento e/ou destinação final, em veículo de frota (licenciado e identificado), conduzido por motorista com habilitação/treinamento, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento, em consonância com a legislação vigente.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

5.4.4. Tratamento: aplicação de processo que modifique as características físicas ou químicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano à saúde pública e ao meio ambiente.

5.4.5. Destinação final: destinação final ambientalmente adequada, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 10.936/2022, Lei do Estado de São Paulo nº 12.300/2006, Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e demais normas correlatas, incluindo as diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários. O Contratado se responsabiliza pelo cadastro dos dados de destinação final no sistema do órgão competente, para fins de emissão do Relatório de recebimento de resíduos químicos e Certificado de Destinação Final (CDF).

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, em número suficiente, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. O Contratado deverá trazer no dia da coleta uma balança calibrada e certificada pelo INMETRO, dentro da validade, com capacidade para quantificar os resíduos químicos, incluindo as suas embalagens secundárias, quando estas estiverem presentes.

5.5.1.1. O acondicionamento, a pesagem e a coleta deverão ser realizados exclusivamente por empregado do Contratado no local de recolhimento dos resíduos químicos, com a presença de um empregado do Contratante, cabendo aos representantes do Contratante apenas acompanhar e fiscalizar a execução do serviço.

5.5.1.2. O faturamento será realizado com base no peso em kg (quilograma) de resíduos químicos efetivamente coletados e transportados, aferido conforme os balanços 4.1.7 e 4.1.7.1.

5.5.2. Para o transporte dos resíduos químicos, o veículo deverá ser devidamente licenciado e identificado, de acordo com as normas da ANTT e da ANVISA, com todos os equipamentos adequados para os casos de eventuais acidentes e/ou situações de emergência, e conduzido por profissionais capacitados para o transporte deste tipo de carga, de acordo com a legislação pertinente.

5.5.2.1. O veículo deverá possuir sistema de rastreamento com disponibilização da localização online e controle de excesso de velocidade.

5.5.2.2. Informar com antecedência, o itinerário que será realizado pelo veículo, desde a retirada da carga até sua entrada na empresa Contratada e/ou subcontratada, especificando devidamente, se necessário, cada parada que será realizada pelo veículo.

5.5.3. O Contratado deverá trazer durante a coleta embalagens extras secundárias, conforme o item 5.4.1.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

5.6.1. A lista de resíduos químicos da categoria “B”, seguindo as classificações da Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e normas correlatas, consta no ANEXO V.

5.6.2. A quantidade total anual, item 1.1, e os tipos de resíduos químicos, ANEXO V, são estimados com base no histórico de geração do Contratante, podendo sofrer alterações, conforme a frequência das atividades acadêmicas, a técnica utilizada nos experimentos, a oferta de novos cursos e Laboratórios etc

5.6.3. Por se tratar de estimativa, a quantidade total anual não se constitui em hipótese alguma, compromisso futuro para o Contratante.

5.6.4. O Contratado deverá acondicionar, coletar, transportar, tratar e enviar para a destinação final, adotando a metodologia adequada ao resíduo químico específico, conforme estipulado nas Normas Brasileiras Regulamentadoras.

5.6.5. A proposta deve incluir todos custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Sem prejuízo das regras constantes no contrato, o Contratado deverá observar na execução dos serviços o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, Decreto Federal nº 10.936/2022, Lei do Estado de São Paulo nº 12.300/2006, Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e demais normas correlatas, incluindo as diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Preposto

6.7. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### Rotinas de Fiscalização

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### Equipe de fiscalização do contrato:

Função	Nome	SIAPÉ
Gestor do Contrato	Fábio Antonio Scholl	2148102
Gestor do contrato substituto	Lana Carolina Correa Danna	1084755
Gestor do contrato substituto	Cássia Gonçalves de Souza	2092605
Fiscal administrativo	Vanessa Soraia Sales dos Santos	1563766

#### Fiscalização Técnica

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

#### Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato apoiará o Gestor do Contrato na verificação da manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

6.14. O fiscal administrativo apoiará o Gestor do Contrato com as orientações administrativas para ateste dos documentos fiscais, solicitando correções ao Contratado, se for o caso.

6.15. Além do disposto acima, o Fiscal administrativo deverá observar o disposto no Manual de Fiscalização de Contratos da UFABC.

#### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao Gestor do Contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pelo Contratado confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.16.8. Comunicar, em tempo hábil, o término da contratação sob sua responsabilidade com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação.

6.16.9. A Gestão do Contrato de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16.10. Receber e dar encaminhamento imediato:

6.16.10.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.16.10.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO VI.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Assiduidade na prestação do serviço;

7.3.2. Pontualidade na prestação do serviço;

7.3.3. Acondicionamento dos resíduos (embalagens secundárias);

7.3.4. Fornecimento de balança calibrada e certificada;

7.3.5. Disponibilização de veículo licenciado e identificado; e,

7.3.6. Empregados com equipamentos de proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC).

7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5. A utilização do IMR destina-se ao redimensionamento do valor do pagamento, não substituindo a obrigatoriedade de apresentação dos documentos indicados nas cláusulas que tratam do Recebimento provisório e definitivo do objeto.

7.6. A apuração dos indicadores do IMR será registrada pelo Gestor de Contrato em cada coleta e consolidada em uma Nota de Avaliação (NA), que definirá a faixa de pagamento, de acordo com a tabela de proporcionalidade do ANEXO VI.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### Recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias pelo Gestor do Contrato e Fiscal administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga a partir da:

7.9.1. assinatura do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pelo Contratante, Contratado e eventual subcontratada; e,

7.9.2. emissão do Relatório de recebimento de resíduos químicos (aceite) pelo Contratado no sistema do órgão competente.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento a realização das etapas 7.8 e 7.9.1, 7.9.2 e 7.11.1.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. O Gestor do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), analisando o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados, em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado.

7.11.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao Gestor do Contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O Gestor do Contrato não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo Gestor do Contrato e fiscal administrativo, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas, que inclui o Certificado de Destinação Final (CDF) emitido pelo Contratado através do sistema do órgão competente, comprovando a efetiva destinação final ambientalmente correta dos resíduos químicos coletados.

7.18.4. Comunicar a empresa o Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, após a aplicação dos índices de glosa do IMR, se houver.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- VII) dados bancários para o pagamento via depósito.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26.1. A consulta tratada no subitem anterior deve ser realizada pelo responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal, e a cópia do SICAF deve ser anexada ao Documento de Ateste da Nota Fiscal (DANF).

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, o responsável pelo recebimento e ateste da Nota Fiscal deverá providenciar sua notificação, por escrito, para que a empresa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

7.34. TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado e informado pelo demandante/fiscal do contrato no DANF.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37.2. Caso o contratante tenha alguma condição especial na tributação regular (suspensão, redução ou isenção) deverá encaminhar, juntamente com a Nota Fiscal, a documentação ou informativo da legislação aplicada à sua condição.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/02/2026.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do [IPCA/IBGE], exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

##### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

##### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

##### **Exigências de habilitação técnica**

9.3. Para fins de habilitação técnica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

##### **Qualificação Técnica**

9.4. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme item 4.10.3.

9.4.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme item 4.11.

9.5. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ), em plena validade.

9.5.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.6. Prova de atendimento aos requisitos de execução do objeto, previstos na lei e em normas ambientais e sanitárias, conforme abaixo:

9.6.1. Licença de Operação, emitida pela autoridade ambiental estadual competente, para as atividades de manuseio, classificação, acondicionamento e processamento de resíduos químicos e reagentes laboratoriais fora de especificação.

9.6.2. Licença Ambiental ou de Operação do aterro Sanitário Classe I, emitida pelo órgão competente, para resíduos químicos.

9.6.3. Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF /AIDA), emitidos pelo IBAMA.

9.6.4. Certidão Negativa de Débitos emitida pelo IBAMA.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

9.6.5. Certificado de Registro Cadastral (CRC) e Certificado de Licença de Funcionamento (CLF) emitidos pela Polícia Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.6. Licença Sanitária vigente, emitida pelo órgão competente.

9.6.7. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) válido.

9.7. Em caso de subcontratação das etapas de tratamento e/ou destinação final, a licitante deverá apresentar os documentos indicados nos itens 9.6.1 e/ou 9.6.2, em nome da subcontratada(s), acompanhados de declaração de anuência de recebimento dos resíduos químicos (ANEXO V), conforme modelo do ANEXO IV.

#### Qualificação Técnico-Operacional

9.8. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.8.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.8.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos da licitante na prestação dos serviços que contemplem as etapas de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria "B", em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.8.1.1.1. Caso as etapas de tratamento e/ou destinação final sejam subcontratadas, a licitante deverá apresentar atestados relacionados a contrato(s) que comprove(m) experiência da licitante nas etapas que serão executadas diretamente, sem prejuízo da apresentação de atestados relacionados a contrato(s) que comprove(m) a experiência da(s) empresa(s) subcontratada(s) nas etapas de tratamento e/ou destinação final, conforme a subcontratação.

9.8.1.1.2. No caso do item 9.8.1.1.1, será admitida a somatória de atestados da licitante e das empresas subcontratada(s) para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, em períodos sucessivos ou não, considerando o objeto da contratação: serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria "B".

9.8.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.8.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

9.8.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.11. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.11.1. Comprovação da licitante de possuir em seu quadro técnico, na data da sessão, profissional(is) de nível superior detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação, acompanhado de:

9.11.1.1. Comprovante de registro ativo e regular do(s) profissional(is) no respectivo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional de Química (CRQ).

9.11.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.12. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.13. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.14. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.15. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

9.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.17. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Santo André, 13 de abril de 2026.

**Vanessa Soraia Sales dos Santos**  
Administrador  
SIAPE 1563766

**Fábio Antonio Scholl**  
Tecnólogo – Área Química  
SIAPE 2148102

**Lana Carolina Correa Danna**  
Chefe da Seção Ambiental  
SIAPE 1084755





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Em cumprimento ao que prescreve o inciso II, do Artigo 14 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a Portaria UFABC nº. 326/2011, publicada no Boletim de Serviços nº. 175, de 03 de agosto de 2011, APROVO o presente TERMO DE REFERÊNCIA.

Santo André, 13 de abril de 2026.

**Thiago Abraão dos Anjos da Silva**  
Prefeito Universitário em substituição  
Portaria UFABC n.º 254 – D.O.U. 21/03/2025

**Nota explicativa:** O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo Dirigente da Área de Execução Orçamentária, por meio de despacho motivado, nos termos do art. 14, inciso II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, conforme Portaria UFABC n. 326, de 03 de agosto de 2011.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO I.1**

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do contrato pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (ANEXO II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e
  - 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1. São obrigações do Contratante:**

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 2 (dois) meses.

3.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

3.1.14. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.15. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestor/fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 4.1.9. Comunicar o Gestor do Contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

- 4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.27. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.29. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

4.1.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.1.34. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.1.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.1.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.38. Fornecer, sempre que solicitado pelo Contratante, os seguintes documentos, devidamente assinados e preenchidos:

4.1.38.1. Comprovante de capacitação do veículo e dos equipamentos para o transporte de produtos perigosos, incluindo certificações aplicáveis emitidas pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, bem como atendimento às exigências da legislação vigente da ANTT e ANVISA.

4.1.38.2. Ficha de emergência e envelope para o transporte de produtos perigosos, emitido pelo expedidor, elaborada e preenchida conforme a legislação vigente da ANTT e demais normas técnicas aplicáveis.

4.1.38.3. Laudo de recebimento de resíduos, quando aplicável, a ser entregue ao Contratante em até 60 (sessenta) dias após a coleta.

4.1.38.4. Certificado das análises efetuadas, se houver.

## 5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

- 5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## 6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

- 6.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 6.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.
- 6.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 6.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 6.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 6.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 6.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 6.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 6.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 6.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 6.6.3. Indenizações e multas.
- 6.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 6.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 7. DOS CASOS OMISSOS



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### ANEXO I.2

#### TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO I.3**  
**ABRIGOS DE RESÍDUOS QUÍMICOS DA UFABC**

**1. Campus de Santo André:**  
**1.1. Porta de acesso:**







**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

1.2. Parte interna:





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**2. Campus de São Bernardo do Campo.**  
**2.1. Porta de acesso:**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

2.2. Parte interna:





## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### ANEXO I.4

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

À Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)

A empresa [Razão social da subcontratada], inscrita no CNPJ [nº do CNPJ subcontratada], localizada em [Endereço completo da subcontratada], declara para os devidos fins que:

1. Possui todos os documentos válidos previstos na legislação para a execução das etapas de XXX [preencher conforme a etapa subcontratada] dos resíduos químicos da categoria “B”, relacionados no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº XXX/2026/UFABC.
2. Possui capacidade técnica e operacional para o recebimento dos resíduos químicos da categoria “B” coletados e transportados pela empresa [Razão Social da Licitante], inscrita no CNPJ [nº do CNPJ da Licitante], localizada em [Endereço completo da Licitante], caso esta empresa venha a ser subcontratada.
3. Emiti a documentação comprobatória da destinação final, conforme a legislação, para os resíduos efetivamente recebidos.

[Local e Data]

---

[Nome do representante legal da subcontratada]

[Cargo]





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**ANEXO I.5**  
**DESCRIÇÃO DOS RESÍDUOS QUÍMICOS (ESTIMATIVA)**

Constituintes do Resíduo Químico	Qtde.	Unidade (L ou Kg)	Tipo da Embalagem
Ác. acético, ác. propiônico	3	L	Vidro Âmbar
Ác. propiônico, metanol, polipirrol, óleo de silicone	2	L	Vidro
Acetato de etila e nitrato de boro	3	L	Frasco plástico
Acetato de etila, acetona, metanol e hexano	100	L	Bombona
Acetato de etila/Dimetilformamida/Hexano/Éter etílico	45	L	Bombona
Acetato de Sódio / Ácido Sulfúrico / Ácido Ascórbico / Iodo / NaOH	5	L	Bombona
Acetato de zinco, Hidróxido de sódio, Azul de metileno, Ferrocianeto de potássio, Sulfato de cobre, Ácido sulfúrico, Ácido clorídrico, Bitartarato de sódio e potássio, Sulfato de amônia	13	L	Bombona
Acetilpiridina, ortofenantrolina, dimetilglioxima, óxido de manganês, nitrato de chumbo, neocuproína, hidroxiquinolona, etanol, etilenodiaminotetra acetato de sódio, sulfóxido de dimetila, nitrato de cobalto, nitrato de alumínio, sulfato ferroso, sulfato de cobre, nitrato de magnésio, nitrato de paládio, nitrato de níquel, nitrato de lantânio.	5	L	Bombona
Acetofenona	1	L	Vidro Âmbar
Acetol + KOH	1	L	Vidro
Acetona	3	L	Vidro Âmbar
Acetona	1	L	Vidro Âmbar
Acetona + Ácido acético + lignina	2	L	Vidro Âmbar
Acetona, Etanol, Iodeto de Potássio, Tiocionato de amônio, hidróxido de amônio, etilenodiamina, ácido clorídrico, carvão ativado, nitrato de níquel, nitrato de colbato.	5	L	Bombona



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

Acetonitrila / Tolueno / Metanol / Hexano / Ácido Ortofosfórico / Dietilamina / Hexano / Sulfonato de Sódio / Triton X-114 / Ditionito de Sódio	5	L	Bombona
Acetonitrila + Metanol	65	L	Vidro Âmbar
Acetonitrila/ Água/ Ácido Trifluoracético	50	L	Bombona
Ácido Acético	20	L	Vidro Âmbar
Ácido Acético + Água + Polímero lignina	1	L	Frasco plástico
Ácido Acético + Água + Polímero lignina	2	L	Vidro Âmbar
Ácido acético e sais	9	L	Bombona
Ácido acrílico	2	L	Frasco plástico
Ácido bórico, tetraborato de sódio, hidróxido de sódio, vermelho de metila, azul de metileno, ácido sulfúrico	75	L	Bombona
Ácido Bromídrico/ Ácido Acético	1	L	Vidro Âmbar
Ácido clorídrico, ácido glutâmico , histidina	4	L	Bombona
Ácido clorídrico, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, glicerina e paraformaldeído	10	L	Frasco plástico
Ácido Fórmico / HFP / Guitosano / Nylon / Etanol	2	L	Vidro
Ácido Fosfórico (H <sub>3</sub> PO <sub>4</sub> )	5	L	Bombona
Ácido Nítrico / Au <sup>+</sup> / Fosfatos / Acetilcolisterase / Cisteína / difenilalanina / [ Fe(CN) <sub>6</sub> ] <sup>3-</sup>	5	L	Bombona
Ácido nítrico /óxido de magnésio/papel/luva	2	Kg	Frasco plástico
Ácido nítrico, Cr, Fe, Cu, Zn, Mn, Si, P, Ca, Al, Ag, Ni	1	L	Vidro Âmbar
Ácido nítrico, ferricianeto, HPO <sub>4</sub> <sup>2-</sup> , H <sub>2</sub> PO <sub>4</sub> <sup>-</sup>	1	L	Vidro Âmbar
Ácido nítrico, hidróxido de sódio, Mn, Ni, Al, Ag, Cu, CTAB, Fe, Zn, Ni, Mn, SPADNS	1	L	Vidro Âmbar
Ácido nítrico, Ni, Mn, Al, Ag, Cu, Fe, Zn, DTAB + SPADNS	5	L	Bombona
Ácido Ortofosfórico	1	L	Vidro Âmbar
Ácido oxálico	1	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Ácido perclórico e metais diversos (Fe, Al, Cu, Mg)	5	L	Bombona
Acido sulfurico	30	L	Vidro Âmbar
Ácido Sulfúrico, Acetato de etila, ACN, 17- $\alpha$ -etinillecyradiol	20	L	Bombona
Ácido sulfúrico, dicromato de potássio, sulfato de mercúrio, sulfato de prata, bifatalato de potássio	5	L	Bombona
Ácido sulfúrico, dicromato de potássio, sulfato de mercúrio, sulfato de prata, biftalato de potássio	1	L	Vidro Âmbar
Ácido sulfúrico, etanol	1	L	Bombona
Ácido sulfúrico, hidróxido de sódio, tetraborato de sódio, álcool etílico, vermelho de metila, azul de metileno, ácido bórico	30	L	Bombona
Ácido Trifluoracético	2	L	Vidro Âmbar
Ácidos sulfúrico, nítrico e clorídrico / Fosfato / Hexacianeto de Ferro III / Cloreto de Cobre / (Fe, Al, Cu, Mg)	82	L	Bombona
ACN, 17 alfa-etinilestradiol, NaOH, H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	1	L	Vidro
Água sanitária, ác. fórmico	1	L	Vidro Âmbar
Água, gasolina, álcool	4	L	Bombona
Al, Ag, Cu, Fe, Ni, Mn, Zn, DTAB, ácido nítrico, SPADNS, hidróxido de sódio.	1	L	Vidro Âmbar
Alcool isopropílico/ Hidróxido de potássio	15	L	Vidro Âmbar
Amido/Ácido acético/Glicerina/Ácido Oxálico/Dodecilsulfato de sódio/Ácido Sulfúrico/Ferrocianeto de potássio	1	L	Frasco plástico
Aminoácidos / NMP / Piperidina / DMF	1	L	Vidro
Anidrido Acético + lignina	1	L	Vidro Âmbar
Anilina, persulfato de amônio, ácido clorídrico, hidróxido de amônio, polianilina sólida dispersa, tiofeno, persulfato de amônio, brometo de cetiltrimetilamônio, politiofeno, etanol, óxido de grafen	7	L	Vidro Âmbar
Arginina , glicina, ácido glutâmico, ácido clorídrico e hidróxido de sódio	3	L	Bombona
Au,Co, Cr, Cu, Ni, Pb, Pd, Pt, Ru, Zn, óleo comestível, Sn	5	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Azul de Metileno / Etanol / Carvão Ativo / Ácido Clorídrico / Sulfato de Ferro / Acetona	5	L	Bombona
Azul de Metileno / Hidróxido de Sódio / Glicose / Cloreto de Sódio	5	L	Bombona
Biodisel	12	L	Bombona
Biureto, albumina, azul de bromofenol, triton-x, ácido acético, etanol, goma guar, glutaraldeído, metabissulfito de sódio, fenol, EDTA, reagente de Bradford, HCl, H2SO4	5	L	Bombona
Biureto, BSA	1	L	Vidro Âmbar
B-mercaptoetanol	1	Kg	Frasco plástico
Borohidreto de sódio/nitrato de prata/iodo/hexano/ciclohexeno	5	L	Bombona
Butanol	1	L	Vidro Âmbar
Carvão ativado, acetona, etanol, iodeto de potássio, ácido tartárico, hidróxido de bário, etilenodiamina, ácido clorídrico, tartarato de bário, sulfato de cobalto, hidróxido de amônio.	5	L	Bombona
ChCl3 / CH2Cl2 / MeOH / AceOEt	1	L	Vidro
Ciclohexeno, TFH, iodeto de potássio, ácido acético, sulfato de ferro, zinco, tiossianato de sódio, ácido clorídrico	1	L	Vidro Âmbar
ciprofloxacina	5	L	Bombona
Cloreto de acetila	2	L	Frasco plástico
Cloreto de Ferro III / Cloreto de Zinco / Sulfato de Alumínio / Iodo / Ácido Clorídrico	5	L	Bombona
Cloreto férrico	1	L	Frasco plástico
Clorito de Sódio	60	L	Frasco plástico
Cloroformio	12	L	Vidro Âmbar
Clorofórmio / Diclorometan/ Polipirrol	5	L	Bombona
Clorofórmio + etanol + gasolina	1	L	Vidro Âmbar
Clorofórmio, cafeína, óxido de magnésio e hidróxido de potássio	1	L	Vidro Âmbar
Cloroformio/ metanol	7	Kg	Bombona



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

Cobre, hidróxido de sódio, tartarato de sódio e potássio, brometo de sódio, murexida	5	L	Bombona
Corante Azo LBS, ácido sulfúrico, sulfato de potássio	1	L	Vidro Âmbar
Cromato de potássio/Sulfato de magnésio/Iodatode potássio/Iodeto de potássio/Nitrato de prata/Tiossulfato de sódio	4	L	Frasco plástico
Cromo	1	L	Vidro Âmbar
Cromo / Amônio / Cobalto / HCl / NaOH / Bromo / Cobre / Fosfato / HNO <sub>3</sub> / AgNO <sub>3</sub> / Diamino	5	L	Bombona
Cu, Zn, Cd, Ni, Cr, Fe, Mn, Al, Ti, Ca, SDS, nitrato de sódio, hidróxido de sódio, ácido nítrico, ácido fosfórico, ácido bórico, ácido acético, óxido de grafeno.	5	L	Bombona
Diclorometano	20	L	Vidro Âmbar
Diclorometano/ Cloreto de Fosforila/ Hidróxido de Sódio/ Cloreto de cobalto/ Cloreto de amônio/	2	L	Vidro Âmbar
Dicromato de Potássio (K <sub>2</sub> Cr <sub>2</sub> O <sub>7</sub> )	1	L	Vidro Âmbar
Diisocianato de metil difenilo MDI	2	L	Frasco plástico
dimetiglixima	10	L	Bombona
Dimetilformamida/ 4-metilpiperidina/ Metilmorfolina/ Diclorometano/ Aminoácidos	50	L	Bombona
Dioxido de manganês, hexano, cicloexeno, iodo, tiossulfato de sódio, nitrato de prata, ferrocianato de potássio, sulfato de cobre, nitrato de zinco, ferro em pó, fenolftaleína	5	L	Bombona
Dióxido Manganês / Dicromato Potássio / Clorofórmio / Cloreto Bário / Ácido Sulfúrico / Permanganato Potássio	5	L	Bombona
DTT	2	Kg	Frasco plástico
EDTA, ácido clorídrico, hidróxido de sódio	1	L	Frasco plástico
EDTA, cálcio, murexida, preto de eriocromo+ amônia	5	L	Bombona
EDTA, NH <sub>4</sub> CL, NH <sub>4</sub> OH, negro de eriocromo t	4	L	Bombona
EDTA, Sulfato de zinco, Eriocromo T e Carbonato de cálcio PA, tampão (NH <sub>3</sub> /NH <sub>4</sub> Cl), NaOH, CuSO <sub>4</sub>	1	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

EDTA, vinagre, beterraba e água	1	L	Vidro Âmbar
Enxofre	2	L	Frasco plástico
Epicloridrina, NaOH, Clorofórmio e lignina	5	L	Vidro Âmbar
Etanol / Ciclohexano / KOH / H <sub>2</sub> O <sub>2</sub> / K <sub>3</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> / MHO / metanol + dissulfeto / HNO <sub>3</sub> / Glicerol	20	L	Vidro
Etanol, NaCl - PA, Detergente incolor, cebola	6	L	Bombona
Éter etílico	1	L	Vidro Âmbar
Éter etílico, peptídeo [RF] <sub>4</sub> , ác. trifluoroacético	1	L	Vidro Âmbar
Etilenodiamina, etanol, hidróxido de amônio, sulfóxido de dimetila, acetilpiridina, bipyridina, nitrato de ferro, nitrato de cobalto, nitrato de lantânio, nitrato de cobre, nitrato de níquel.	5	L	Bombona
Fe / Ni / H <sub>2</sub> O <sub>2</sub> / Etanol / Fibroína / H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	15	L	Bombona
Fe(CN) <sub>6</sub> <sup>3-</sup> /4 <sup>-</sup> / KCl / Ni(OH) <sub>2</sub> / H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / KOH / H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>	5	L	Bombona
Fenol/ Piridina/ Ninidrina	3	L	Vidro Âmbar
Fenolftaleína, Hidróxido de sódio, Ácido acético, Clorofórmio, Iodeto de potássio, Tiosulfato de sódio, Etanol, Éter	4	L	Bombona
Ferricianeto / Ácido Nítrico / Traço de Ouro	5	L	Bombona
Ferricianeto de potássio, cloreto de potássio, cloreto de sódio, etanol, Fosfato dissódico, fosfato monopotássico	3	L	Vidro Âmbar
Ferro / Ferricianeto de potássio / KCl / KMnO <sub>4</sub>	5	L	Bombona
Ferro + fósforo, tiocianato de amônio, tartarato de amônio e potássio	4	L	Bombona
Ferro/ Ácido dinitrosalisílico/Metanol/Diclorometano/Clorofórmio/Tetraidrofurano	5	L	Bombona
Fibroína / NaCO <sub>3</sub>	1	L	Vidro
Fluoresceína/ Metanol/ Água/ Xantenos	1	L	Vidro Âmbar
Formaldeído	2	L	Frasco plástico
Formol, azul de metileno, violeta genciana anilina	5	L	Bombona
Fosfato / Tetraborato Sódio / Hidróxido de Cálcio / Biftalato de	5	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Potássio			
Fosfato de Potássio	2	Kg	Frasco plástico
Frascos de vidro contaminados com produtos químicos grupo B	170	kg	Vidro Âmbar
Ftalocianina	1	L	Vidro Âmbar
Gasolina	1	L	Frasco plástico
Gasolina e álcool etílico	2	L	Frasco plástico
Gelatina + sulfato de cromo	20	L	Bombona
Glicerina + Lignina	1	L	vidro Âmbar
Glicerol, acrilamida/bis, aps, temed, água, trisma, glicina, edta, sds	1	L	Frasco plástico
Glicerol, KI, etanol, H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>	1	L	Frasco plástico
Glifosato / FeSO <sub>4</sub> / Na <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / NaNO <sub>2</sub> / HCl	1	L	Vidro
H <sub>2</sub> O, amina, pmma, ps, diclorometano e goma arábica	15	L	Vidro Âmbar
H <sub>2</sub> O <sub>2</sub> / K <sub>3</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> / KCl / KH <sub>2</sub> PO <sub>4</sub> / Alumina	1	L	Vidro
H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / Na <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / Fe <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / Orange 2	2	L	Bombona
H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> + Fenol	1	L	Vidro Âmbar
H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , NaCl, AgNO <sub>3</sub> , defensivo agrícola	4	L	Bombona
HCl + Água + Lignina	9	L	Frasco plástico
HCl, NH <sub>4</sub> OH, NaOH	5	L	Bombona
HClO <sub>4</sub>	1	L	Vidro
Hidróxido Amônia / Hidróxido Sódio / Etanol / Iodeto de Potássio / Piridina / Glicina / Metanol	5	L	Bombona
Hidróxido de amônio (PA), EDTA, sulfato de magnésio e negro de eriocromo	3	L	Bombona
Hidróxido de potássio	10	Kg	Frasco plástico
Hidróxido de potássio, água oxigenada, nitrato de níquel	1	L	Vidro Âmbar
Hidróxido de potássio, etanol, glicerol	10	L	Vidro Âmbar
Hidróxido de Sódio	42	L	Vidro



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

Hidróxido de sódio , cloretode amônio	10	L	Bombona
Hidróxido de Sódio + Hidróxido de Potássio	150	L	Frasco plástico
Hidróxido de sódio, Ácido clorídrico, fenolftaleína, biftalato de potássio, aminoácidos	18	L	Bombona
Hidróxido de sódio, fenolftaleína alcoólica, biftalato de potássio PA	1	L	Frasco plástico
Hidróxido de sódio, hidróxido de potássio, alumina, pó de diamante, Ferricianeto	1	L	Vidro Âmbar
Hidróxido de sódio, rodamina, Acetato de zinco, hexano	1	L	Vidro
Hidróxido de sódio, sulfito de sódio, água, bagaço de cana-de-açúcar	13	L	Vidro Âmbar
Hidróxido de sódio/Ácido clorídrico/Hidróxido de potássio/Fenolftaleína/Óleo motor/Etanol	2	L	Frasco plástico
Hidróxido de sódio/Azul de metileno/Glicose/Alaranjado de metila/Ácido sulfúrico/Iodeto de potássio/Fosfato de cálcio	3	L	Frasco plástico
Hidróxido de sódio/Fenolftaleína/Ácido clorídrico/Biftalato de potássio	5	L	Bombona
Hidróxido Sódio / Hexacianeto de Ferro III / Fosfato de Potássio / Ácido Nítrito / Iodo	5	L	Bombona
inibidores metabólicos antimicina, CCCP, oligomicina, rotenona, etanol	5	L	Bombona
Iodeto / Ác. Acético / FeCl <sub>3</sub> / Metanol / Hidroxiquinolina / Zinco / Vanádio / Cobalto / Piridina	5	L	Bombona
Iodo/ Água/ Éter etílico	1	L	Vidro Âmbar
K <sub>2</sub> Cr <sub>2</sub> O <sub>7</sub> + FeH <sub>2</sub> ON <sub>2</sub> O <sub>14</sub> S <sub>2</sub> + H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	3	L	Vidro Âmbar
K <sub>3</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> / H <sub>2</sub> O <sub>2</sub> / H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / Na <sub>2</sub> CO <sub>3</sub> / KOH / NH <sub>4</sub> OH / EtOH	1	L	Vidro
K <sub>3</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> / KOH / KCl / KH <sub>2</sub> PO <sub>4</sub> / Alumina	2	L	Vidro
K <sub>3</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> , etanol, alumina, KH <sub>2</sub> PO <sub>4</sub> , KCl, NaCl e H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>	1	L	Vidro
KMnO <sub>4</sub> , H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , FeCl <sub>3</sub>	5	L	Bombona
KOH / Etanol	12	L	Vidro
KOH / NaOH / Ni(OH) <sub>2</sub> / Ti(IV)	1	L	Vidro





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

KOH / Ni(OH) <sub>2</sub>	1	L	Vidro
KOH + H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>	1	L	Vidro
KOH + HCl + BaCl <sub>2</sub> + Fenolftaleína	5	L	Bombona
Lignina + Co, Cr, Cu, Ni, Pb, Pt, Pd, Ru, Zn, Au   Cera de parafina + SPDNS + Cr, Fe, Cu, Zn, Mn, Si, P, Ca, Al, Ag, Ni	2	L	Frasco plástico
Lubrificante sintético ( alquilbenzeno), etanol, permanganato de potássio e detergente	1	L	Vidro Âmbar
Mercaptoetanol, permanganato de potássio, EDTA, nitroferrocianeto de sódio, hidróxido de sódio, reagente de Bradford, glicerol, uréia, KOH, H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , HCl, H <sub>2</sub> O <sub>2</sub> , cisteína	5	L	Bombona
Mercúrio com enxofre	1	Kg	Frasco plástico
Mercúrio líquido	1	Kg	Vidro Âmbar
Metabissulfito de sódio, glicerol, sulfato de amônio, fenol, nitroferrocianeto de sódio, hidróxido de sódio, EDTA, reagente de Bradford, permanganato de potássio, mercaptoetanol	5	L	Bombona
Metanol	5	L	Bombona
Metanol / Nb <sub>2</sub> O <sub>5</sub>	1	L	Vidro
Metanol / Polipirrol / Ácido Propiônico	1	L	Vidro
Mistura de cerveja com dramin + cloro	1	L	Vidro Âmbar
Molibdato de amônia e H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	5	L	Bombona
Molibdato de amônia e H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	1	L	Vidro
Na <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> / Glifosato	1	L	Vidro
NaBH <sub>4</sub> / KOH / Alcool Isopropílico / Alcool Etilico	1	L	Vidro
Nanocelulose de linter	1	L	Vidro Âmbar
NaOH	1	L	Vidro Âmbar
NaOH/ NH <sub>4</sub> OH / Na[Fe(CN) <sub>5</sub> (NO)] / NH <sub>3</sub>	1	Kg	Frasco plástico
Niobio	1	L	Frasco plástico



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

Nitrato de cobre, nitrato de cobalto, nitrato de cromo, nitrato de alumínio, nitrato de ferro, metilorange, cloreto de ferro, tiocianato de amônio, cloreto de bário, hexano, iodo	5	L	Bombona
Nitrato de ferro III	1	L	Frasco plástico
Nitrato de ferro III	5	L	Bombona
Nitrato de Ferro III + Peróxido de Hidrogênio	3	L	Bombona
Nitrato de Ferro III + Peróxido de Hidrogênio	4	L	Bombona
Nitrato de Prata / Nitrato de Cobalto / Bromo / Hidróxido de Sódio	9	L	Bombona
Nitrato de Prata / Nitrato de Cobre / Iodo / Ácido Sulfúrico / Acetato de Sódio	5	L	Bombona
Nitrato de prata, cromato de potássio, tiocianato de potássio, ferro, ácido nítrico, dextrina	10	L	Bombona
Nitrato de prata, cromo, tiocianato de potássio, ferro, dextrina, fluoresceína + ácido nítrico	10	L	Bombona
Nitrato de prata, cromo, tiocianato de potássio, ferro, dextrina, fluoresceína, tartarato de amônio e potássio	10	L	Bombona
Nitrato de sódio, SDS, Cu, Al, Fe, Mn, Zn, Ti, Cd, Ni, Cr, DTAB, SPADNS	5	L	Bombona
Nitrato de Zinco / Sulfato de Cobre / Sulfato de Manganês / Óxido Manganês / Ácido Nítrico / Cloreto de Ferro III / Permanganato de Potássio	5	L	Bombona
Nonincet P.40 Shell	1	L	Vidro Âmbar
Óleo de Silicone	1	L	Vidro Âmbar
Óleo lubrificante	9	L	Frasco plástico
Orange II, K <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> , FeSO <sub>4</sub> , H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub>	5	L	Bombona
Papel de filtro, Soja, Acetona PA	1	Kg	Frasco plástico
Pd, Pt, Ce, Sn, C, Au, Ir, Mn + HNO <sub>3</sub> + HCl	1	L	Vidro
Peróxido de Hidrogênio	16	L	Frasco plástico
Pipetas pasteur, microtubos, ponteiros, ácido clorídrico, hidróxido de sódio, cloreto de sódio, glicerina e paraformaldeído	1	Kg	Frasco plástico



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Piridina	2	Kg	Bombona
polímero de poliuretano	2	Kg	Frasco plástico
Polímero Metacrílico / Hormônio Boldenona	1	Kg	Frasco plástico
Poliol a base de óleo vegetal do tipo poliéster	5	L	Frasco plástico
Proteína	5	L	Bombona
Quitosana/Metanol/Clorofórmio/Tiosulfato de Sódio/NaOH/HCl	5	L	Bombona
Reagente de benedict, glicose, sacarose, amido, lugol	2	L	Bombona
Reagente Griess Saltzan (ácido sulfanílico/ etilenoamina)	1	L	Vidro Âmbar
Resorcinol	1	L	Vidro Âmbar
Restos de plantas + clorofórmio	1	Kg	Frasco plástico
Safranina, lugol, tiocianato de potássio, HCl, HNO <sub>3</sub> , EDTA	4	L	Bombona
Sais, vitaminas, sacarose, enzimas, aminas e hidróxido de sódio	1	L	Frasco plástico
Sericina / Na <sub>2</sub> CO <sub>3</sub>	16	L	Vidro
Silica gel (SiO <sub>2</sub> )	22	Kg	Frasco plástico
Silicato de sódio, nitrato de cobre, nitrato de cobalto, nitrato de cromo, nitrato de alumínio, nitrato de ferro, metilorange, cloreto de ferro, permanganato de potássio, hexano, iodo	5	L	Bombona
Sódio metálico	1	L	Vidro Âmbar
Solução ácida aquosa, Sulfato férrico, molibdato de amônio, ácido ascórbico, peróxido de hidrogênio, Tris-HCl	50	L	Bombona
Solução ácidos clorídrico, acético, sulfúrico	90	L	Vidro Âmbar
Solução amoniacal, Cloreto de amônio, Fenolftaleína, Azul de bromotimol, Bicarbonato de sódio, Vinagre, Hidróxido de sódio	2	L	Bombona
Solução aquosa alcalina, hidróxido de sódio e potássio	20	L	Bombona
Solução aquosa com azul de metileno + NaCl + NaOH + glicose	20	L	Bombona
Solução aquosa com FeCl <sub>2</sub> + K <sub>4</sub> Fe(CN) <sub>6</sub> + NH <sub>4</sub> OH + Mg <sup>2+</sup> + Zn(CH <sub>2</sub> COO) <sub>2</sub> + NaOH + Na <sub>2</sub> B <sub>4</sub> O <sub>7</sub>	5	L	Bombona
Solução aquosa de hidróxido de sódio, cloreto de sódio, azul de metileno e glicose	22	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Solução aquosa neutra contendo metais pesados	2	L	Vidro Âmbar
Solução com ferro + cobre + zinco + manganês + alumínio + magnésio + cobalto	5	L	Bombona
Solução com nitrato + sulfanilamida + n-naftil + etilenodiamina	15	L	Bombona
Solução de ácido acético + azul de bromotimol + fenolftaleína + cloreto de amônio + bicarbonato de sódio	5	L	Bombona
Solução de bicarbonato de sódio + cloreto de amônio + + azul de bromotimol + hidróxido de amônio + azul de metileno	10	L	Bombona
Solução de Cresil violeta +Xilol	2	L	Vidro Âmbar
Solução de DAB	10	L	Bombona
Solução de lugol + cristal violeta + saframina	5	L	Bombona
Solução de NaOH + glicose + NaCl + HCl	5	L	Bombona
Solução de NaOH + NH <sub>4</sub> OH + EDTA + Ca <sup>2+</sup> + Na <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> + murexida + Mg <sup>2+</sup> + fenolftaleína + amido com iodo	5	L	Bombona
Solução de Paraformaldeído	10	L	Bombona
Solução de Xilol com álcool	10	L	Vidro Âmbar
Solução padrão de fósforo, ácido sulfúrico, tartarato antimônio e potássio, molibdato de amônio, ácido ascórbico	30	L	Bombona
Solução Sulfurônica	1	L	Vidro Âmbar
Soluções aquosas contendo metais pesados	12	L	Vidro Âmbar
Solvente clorados (Dicloro metano, cloroformio)	220	L	Bombona
Solvente não clorados (Metanol, hexano, acetato de etila, etanol)	350	L	Bombona
Sulfato de cobre e hidróxido de sódio	4	L	Bombona
Sulfato de Ferro / Cobre / Cobalto / Níquel / Acetil Piridina / Permanganato de Potássio / Perclorato de lítio / Carvão ativo / Éter / Nitrato de Prata / Dicromato de Potássio / Acetato de zinco / Metanol	5	L	Bombona
Sulfato de magnésio/carvão ativo/hidroxycarbonila/papel filtro	1	Kg	Frasco plástico
Sulfato de Vanádio / Zinco / Fenantrolina / Piridina / Hexano / Etanol / Metanol / Clorofórmio / Br / Co / NH <sub>3</sub> / H <sub>2</sub> O <sub>2</sub>	5	L	Bombona



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

Sulfato de Zinco	1	L	Vidro Âmbar
Terra contaminada com nitrato de sódio	3	Kg	Bombona
Terra, defensivo agrícola, níquel, cobre	10	Kg	Frasco plástico
THF + Lignina	2	L	Vidro Âmbar
Tiossulfato de sódio	4	L	Bombona
Tiossulfato de sódio , iodo, iodeto de potássio, ácido clorídrico, ácido sulfúrico, iodato de potássio, cloro ativo	10	L	Bombona
Tiossulfato de sódio + HCl, nitrato de ferro III, carbonato de sódio	5	L	Bombona
Tiossulfato de sódio e ácido clorídrico	7	L	Bombona
Tiossulfato de sódio, acetato de potássio, brometo de sódio, cromato de potássio, carbonato de potássio	5	L	Bombona
Tiossulfato de sódio, HCl	5	L	Bombona
Tolueno - Isocianato - 1 nonanol	1	L	Vidro Âmbar
Tolueno + glicose e terra	5	L	Bombona
Tolueno Sulfônico	1	L	Vidro Âmbar
Tossulfato de sódio	5	L	Bombona
Tween + óleo	1	L	Vidro Âmbar
Verde de bromocresol + NaOH, H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> + AgCl, AgNO <sub>3</sub> , iodo, KMnO <sub>4</sub> , fluoresceína, Na <sub>2</sub> S <sub>2</sub> O <sub>3</sub> + K <sub>2</sub> CrO <sub>4</sub>	5	L	Bombona
Vidros quebrados contaminados com produtos químicos grupo B	192	Kg	Caixa
Vinagre, Hidróxido de Sódio, Azul de Bromotimol, Bicarbonato de Sódio, Cloreto de Amônio	35	L	Bombona
Xilol + Polímero Lignina	1	L	Vidro Âmbar



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### ANEXO I.6

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IIMR)

##### 1. DEFINIÇÕES:

- 1.1. Este documento apresenta o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), definindo os níveis esperados de qualidade para a prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. O objetivo do IMR é vincular o pagamento aos resultados efetivamente alcançados. As reduções de pagamento decorrentes do descumprimento dos indicadores de qualidade (glosas) possuem natureza de redimensionamento de valor por serviço inferior ao contratado, não devendo ser interpretadas como sanções administrativas ou multas, as quais possuem rito próprio.
- 1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de sanções contratuais, bem como de outros mecanismos de avaliação da fiscalização.
- 1.4. A utilização do IMR destina-se ao redimensionamento, se for o caso, do valor do pagamento, não substituindo a obrigatoriedade de apresentação dos documentos indicados nas cláusulas que tratam do Recebimento provisório e definitivo do objeto.
- 1.5. A apuração dos indicadores do IMR será registrada pelo Gestor de Contrato em cada coleta e consolidada em uma Nota de Avaliação (NA), que definirá a faixa de pagamento, de acordo com a tabela de proporcionalidade constante deste anexo.
- 1.6. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Termo de Referência e de seus demais anexos.

##### 2. DESCRIÇÃO DOS INDICADORES:

Item	Indicador	O que será avaliado (Critérios)
1	Assiduidade	Cumprimento da data agendada
2	Pontualidade	Cumprimento do horário agendado
3	Acondicionamento	Fornecimento de embalagens secundárias (Overpack), sem sinais de vazamentos e/ou imperfeições
4	Pesagem e certificação	Fornecimento de Balança calibrada e certificada pelo INMETRO
5	Veículo licenciado e identificado	Veículo em bom estado de conservação, com identificação de carga perigosa
6	Segurança proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC)	Uso integral de luvas, botas, máscaras e óculos pelos empregados, além de sinalização da área de coleta.



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

#### 3. CÁLCULO DA NOTA DE AVALIAÇÃO (NA):

IMR n°

Processo n°:

Objeto: Serviços de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B”.

Cálculo da Nota de Avaliação					
Unidade(s) da UFABC:		Gestor(a) do Contrato:		Data da Coleta:	
Contratado:				CNPJ:	
Item	Indicador	Item Avaliado (Sim/Não)	Resultado da Avaliação	Critério de Pontuação	Pontuação Obtida por Coleta Realizada
1	Assiduidade	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 20 pontos Não Atendido = 0 pontos	



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Fundação Universidade Federal do ABC

2	Pontualidade	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 10 pontos Não Atendido = 0 pontos	
3	Acondicionamento	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 20 pontos Não Atendido = 0 pontos	
4	Pesagem e certificação	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 20 pontos Não Atendido = 0 pontos	
5	Veículo licenciado e identificado	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 15 pontos Não Atendido = 0 pontos	
6	Segurança proteção individual (EPI) e de proteção coletiva (EPC)	( ) Sim ( ) Não	( ) Atendido ( ) Não Atendido	Totalmente Atendido = 15 pontos Não Atendido = 0 pontos	
(A) = Soma do Valor Máximo dos Pontos dos Critérios/Itens Avaliados					
(B) = Soma dos Pontos obtidos/aferidos nos Critérios/Itens Avaliados					
(C) = Nota de Avaliação –NA ((B * 100) / A)					





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**

**TABELA DE PROPORCIONALIDADE:**

Avaliação	Pontos (pontuação máxima possível = 100)
Ótimo	De 81 a 100 pontos
Bom	De 71 a 80 pontos
Regular	De 61 a 70 pontos
Ruim	De 51 a 60 pontos
Péssimo	Menor ou igual a 50 pontos

Recebido uma via:

Ciência pelo Contratado: \_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ESTUDO PRELIMINAR Nº 1/2026 - PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santo André-SP, 13 de Fevereiro de 2026

*(Assinado digitalmente em 13/02/2026 17:*

**40 )**

LANA CAROLINA CORREA DANNA

*CHEFE - TITULAR (Titular)*

*PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)*

*Matrícula: ###847#5*

*(Assinado digitalmente em 13/02/2026 16:*

**42 )**

VANESSA SORAIA SALES DOS SANTOS

*ADMINISTRADOR[A]*

*PU-AMBIENTAL (11.01.27.08)*

*Matrícula: ###637#6*

Visualize o documento original em <http://sig.ufabc.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**,  
tipo: **ESTUDO PRELIMINAR**, data de emissão: **13/02/2026** e o código de verificação: **e868270efb**

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

**Estudo Técnico Preliminar 26/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23006.002368/2026-03

**2. Descrição da necessidade**

Considerando que a atual contratação desses serviços, objeto do processo nº 23006.004792/2020-99, deverá ser encerrada em 02 de julho de 2026, pois alcançará o limite legal de prorrogações, determinado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (revogada), combinado com o art. 190 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, discorremos a seguir a necessidade de manutenção desse serviço sob o aspecto legal, ambiental e de saúde pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010) e a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018) determinam que todo estabelecimento gerador de resíduos químicos é responsável pela coleta, acondicionamento, transporte e destinação final.

A Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC) possui cursos de Bacharelado, Licenciatura e Pós-Graduação na área de Química, que desenvolvem atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, as quais são geradoras de resíduos químicos da categoria “B”, conforme classificação definida pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005) e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018).

De acordo com os indicadores de gerenciamento de resíduos elaborados pela Seção Ambiental/Prefeitura Universitária da UFABC, no período de janeiro/2025 a outubro/2025, as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão produziram cerca de 5.430 (cinco mil, quatrocentos e trinta) kg de resíduos químicos da categoria “B”. Este volume é passível de variação, em decorrência da frequência das atividades acadêmicas, da técnica utilizada nos experimentos, da oferta de novos cursos e Laboratórios, como a unidade Tamanduatehy do campus Santo André da Universidade.

Conforme a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005) e Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018), os resíduos químicos da categoria “B” contêm substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública e ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

As características inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade são detalhadas e classificadas pela norma ABNT NBR 10004:2024 (Resíduos Sólidos – Classificação), sendo indispensável o cumprimento rigoroso dos requisitos técnicos nela estabelecidos para a segregação e o gerenciamento desses resíduos químicos[1].

Ressalta-se que a ausência de destinação adequada desses resíduos sujeita a UFABC à aplicação de penalidades pelos órgãos ambientais e de controles sanitários, tais como o IBAMA, a ANVISA, a CETESB, a Vigilância Sanitária, dentre outros. Ainda, poderá ocasionar a paralisação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, gerando prejuízos incalculáveis à formação discente e à produção de conhecimento.

Desse modo, em virtude desse tipo de serviço apoiar a realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão, pretende-se também contratação de forma contínua, sob demanda, em observância ao planejamento realizado e descrito no Termo de Referência, sequência 04.

[1] Em conformidade com a ABNT NBR 10004:2024, os resíduos químicos que apresentam as características indicadas são classificados como Resíduos Classe I – Perigosos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Lana Carolina Correa Danna - Chefe da Seção Ambiental
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Fábio Antonio Scholl - Chefe da Seção Ambiental - em substituição
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Cássia Gonçalves de Souza - Equipe de apoio.
Seção Ambiental/Prefeitura Universitária	Vanessa Soraia Sales dos Santos - Equipe de apoio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

De acordo com a Instrução Normativa nº 98, de 26 de dezembro de 2022, do Ministério da Economia, e o artigo 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Também, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC-PDI (2024-2033, pg.12):

A missão institucional da UFABC é definida como: “Promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social”.

Em virtude dos serviços de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos apoiarem a realização de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que são essenciais ao cumprimento da missão institucional da Universidade e, portanto, necessidades permanentes da Instituição; pretende-se a contratação de forma contínua, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, conforme planejamento realizado e descrito no Termo de Referência, sequência 04.

O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 120 (cento e vinte) meses, de acordo com o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. **A vigência do contrato deverá ser iniciada, impreterivelmente, em 03 de julho de 2026, tendo em vista o encerramento da contratação formalizada através do processo 23006.004792/2020-99, conforme mencionado no item 1.**

A natureza do objeto a ser licitado deve ser enquadrada como bens e/ou serviços comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital/Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, já que não se trata de execução de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva. Adicionalmente, a exigência de documentação técnica é indispensável à realização dos serviços, cuja regularidade e vigência deverão ser periodicamente acompanhadas pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

Os requisitos de Sustentabilidade estão relacionados no item 14.

Em observância ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitida a subcontratação parcial do objeto, quanto às etapas de tratamento e/ou destinação final de resíduos químicos da categoria “B”. A permissão fundamenta-se na especialização técnica e na prática de mercado observada em editais de objetos similares, divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e nos atuais contratos celebrados pela UFABC.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante à CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais, correspondentes ao objeto da subcontratação. As demais condições da subcontratação estão previstas no Termo de Referência, sequência 04.

Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, já que não se trata de execução de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva.

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 11h30 horas e das 14h às 16h30 horas, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Em atenção ao Acórdão nº 1176/2021- TCU-Plenário, não haverá a exigência de instalação de escritório do Contratado nos municípios de Santo André-SP e São Bernardo do Campo-SP, porém o Contratado deverá atender o Contratante nos prazos e condições fixadas no Termo de Referência, sequência 04.

Não haverá a aplicação de margem de preferência prevista no Decreto Federal nº 11.890/2024, pois o objeto desta contratação não se enquadra nas categorias de produtos ou serviços contemplados por resoluções vigentes do Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

Em relação aos critérios de qualificação técnica, técnico-operacional e técnico-profissional, destaca-se que foram realizadas algumas adaptações ao modelo de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União (AGU), uma vez que o objeto da contratação é altamente controlado pelo Estado, devido ao grau de periculosidade e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Nessa perspectiva, as exigências da fase de habilitação não representam encargos adicionais criados para este Edital, mas sim requisitos legais que as empresas especializadas já devem obrigatoriamente possuir para atuar no mercado, independentemente de qualquer contrato com a UFABC.

Especificamente quanto às exigências da fase de habilitação para eventual(is) subcontratada(s) (Licenças de Operação, Declaração de anuência e Atestado de capacidade técnica), adotou-se a premissa de garantir a segurança jurídica e operacional na execução do completa do objeto da contratação (acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos), estabelecendo, contudo, a possibilidade de comprovação técnica do Contratado e da(s) subcontratada(s) nas etapas que cada uma executará.

Quanto à exigência do CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental), dada a sua natureza estritamente vinculada à relação entre gerador (UFABC) e destinador, o Termo de Referência disciplina que os procedimentos para obtenção do documento serão providenciados pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União (DOU).

As demais obrigações e condições estão relacionadas no Termo de Referência, sequência 04.

## **5. Levantamento de Mercado**

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, responsabiliza os geradores pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos, que inclui a coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Dessa forma, considerando a natureza da atividade da UFABC, ainda a indisponibilidade de infraestrutura (espaço físico, máquinas/equipamentos, frota de veículos etc), de licenças e registros específicos para o exercício regular das atividades e de servidores técnicos habilitados; faz-se necessário realizar o levantamento de mercado para prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, considerando as necessidades de consumo, estímulos sustentáveis, análises do ciclo de vida do produto (materiais, fabricação/produção, armazenamento, distribuição, uso e disposição).

Nesse contexto, a área demandante avaliou a possibilidade de contratação dos serviços municipais, mediante o pagamento de preço público. Assim, no caso do Município de Santo André, apesar de os resíduos químicos da categoria “B” integrarem os resíduos de serviços de saúde (RSS - RDC nº 222/2018), o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (SEMASA) não realiza a coleta desta categoria. A exclusão está formalmente disposta no contrato de adesão padrão, cuja minuta do documento é de acesso público e está disponível na página da autarquia: <https://portais.santoandre.sp.gov.br/semasa/residuos/residuos-infectantes-e-de-saude/>

Já no caso do Município de São Bernardo do Campo, apesar do cadastro vigente da UFABC como estabelecimento gerador de resíduos de serviços de saúde (RSS), processo eletrônico nº 23006.009862/2024-29, a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo somente está autorizada a coletar medicamentos, parte de resíduos químicos da categoria “B”, e não disponibiliza recipientes, embalagens secundárias, para a etapa de acondicionamento dos resíduos.

Posto isso e em atendimento ao inciso III, art. 9º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, a área demandante entende que a única solução possível é a abertura de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, para contratação dos serviços continuados de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B”.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente ETP.

Os requisitos da contratação foram elencados no item 4 do presente ETP.

O levantamento de mercado consta no item 5 do presente ETP.

A lista de resíduos químicos da categoria “B”, seguindo as classificações da Resolução CONAMA nº 358/2005, RDC nº 222/2018 e normas correlatas, consta no ANEXO V do Termo de Referência, sequência 04.

Quanto à execução do objeto, destaca-se, como etapa preliminar, a responsabilidade dos membros da comunidade da UFABC em adotar integralmente as orientações expedidas pela Comissão de Gestão de Resíduos da Universidade (CoGRe) e pela Seção Ambiental/Prefeitura Universitária, para o adequado trabalho de segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário e armazenamento externo dos resíduos químicos, de forma a promover a redução de potenciais riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

A prestação dos serviços será realizada por meio de coletas programadas, podendo ser bimestrais, trimestrais, semestrais ou de acordo com o interesse do Contratante, de segunda à sexta-feira das 9h às 11h30 e das 14h às 16h30, exceto em dias de expediente suspenso no Contratante.

Conforme a data indicada na Ordem de Serviço, emitida pela UFABC, os serviços serão prestados em qualquer campus do Contratante:

- Campus Santo André: situado na Avenida dos Estados, n° 5001 - Bairro Bangu - Santo André/SP - CEP 09.280-560.
- Campus São Bernardo do Campo: situado na Alameda da Universidade, s/n - Bairro Anchieta - São Bernardo do Campo/SP - CEP 09.606-045.
- Demais unidades que venham compor o Contratante, dentro da Região do Grande ABC.

De acordo com a Resolução CONAMA n° 358/2005, RDC n° 222/2018 e normas correlatas, os serviços do Contratado compreenderão:

- Acondicionamento: O acondicionamento dos resíduos químicos em embalagens secundárias (Overpack), quando for necessário, agrupando assim embalagens menores para facilitar o manuseio, transporte e segregação de substâncias incompatíveis. As embalagens externas devem ser robustas suficientemente para o manuseio, acomodação/empilhamento e transporte até o local de tratamento e destinação final.
- Coleta: a remoção dos resíduos químicos do abrigo e/ou, quando necessário, de Laboratórios do Contratante, por pessoal treinado, com vestimenta e equipamentos de proteção individuais (EPI) e colocação em veículo de frota (licenciado e identificado) para o transporte dos resíduos. Nessa etapa, o Contratado deverá emitir recibo com a indicação da pesagem em kg (quilograma), efetuada pela balança calibrada e certificada, para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) pelo Contratante. Durante os procedimentos de coleta, o Contratado deverá sinalizar ou, se necessário, isolar a área de execução dos serviços, com o objetivo de garantir a segurança dos seus empregados, da comunidade do Contratante e de terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes exigidas pela legislação vigente.
- Transporte: remoção dos resíduos químicos das dependências do Contratante até a unidade de tratamento e /ou destinação final, em veículo de frota (licenciado e identificado), conduzido por motorista com habilitação /treinamento, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento, em consonância com a legislação vigente.
- Tratamento: aplicação de processo que modifique as características físicas ou químicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano à saúde pública e ao meio ambiente.
- Destinação final: destinação final ambientalmente adequada, de acordo com o disposto na Lei Federal n° 12.305/2010, Decreto Federal n° 10.936/2022, Lei do Estado de São Paulo n° 12.300/2006, Resolução CONAMA n° 358/2005, RDC n° 222/2018 e demais normas correlatas, incluindo as diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários. O Contratado se responsabiliza pelo cadastro dos dados de destinação final no sistema do órgão competente, para fins de emissão do Relatório de recebimento de resíduos químicos e Certificado de Destinação Final (CDF).

O faturamento será realizado com base no peso em kg (quilograma) de resíduos químicos efetivamente coletados e transportados.

O Contratado deverá promover um gerenciamento pleno e correto dos resíduos químicos coletados, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010), no Decreto Federal nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, na Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 12.300, de 16 de março de 2006), na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005), na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA - RDC nº 222, de 28 de março de 2018), sem prejuízo ao atendimento das demais legislações federais, estaduais e municipais e diretrizes dos órgãos ambientais e sanitários vinculados à perfeita e regular execução do objeto.

O Contratado deverá dispor de funcionários, materiais e equipamentos suficientes no início da prestação dos serviços, bem como durante todo o decorrer da contratação.

O Contratado deverá manter todas as condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, exigidas no procedimento licitatório, sem prejuízo da obtenção de licenças e autorizações expedidas pelos órgãos ambientais e sanitários, as quais serão providenciadas pelo Contratado sem custos para o Contratante.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do Contratado e da UFABC, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

O acompanhamento da qualidade, da eficiência e da conformidade da execução dos serviços contratados será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), em consonância com a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e a Lei Federal nº 14.133/2021.

As demais obrigações e condições estão relacionadas no Termo de Referencia, sequência 04.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A quantidade em quilogramas (kg) de resíduo coletado é uma estimativa, tendo em vista que o montante está diretamente vinculado à frequência das atividades acadêmicas, da técnica utilizada nos experimentos, da oferta de novos cursos e Laboratórios, como a unidade Tamanduatehy do campus Santo André da Universidade.

Com base nos dados extraídos dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR), registrados após as coletas realizadas pela atual empresa contratada, processo nº 23006.004792/2020-99, estima-se uma quantidade de 10.000 (dez) mil kg anuais, com uma margem de segurança, em razão da variação das condições mencionada no parágrafo 1º.

Por se tratar de estimativa, a quantidade total anual não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o Contratante.

O Contratado deverá acondicionar, coletar, transportar, tratar e enviar para a destinação final, adotando a metodologia adequada ao resíduo químico específico, nos termos das Normas Brasileiras Regulamentadoras.



A proposta deverá incluir todos custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B” para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).	24708	kg	10.000	R\$ 14,01	R\$ 140.100,00

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 140.100,00

O custo estimado global da contratação é de R\$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais).

De acordo com o Mapa de preços, sequência 06, e Relatório de pesquisa de preços, sequência 07, o preço médio unitário do kg apurado é de R\$ 14,01 (catorze reais e um centavo).

Na seção “Nota Técnica” do Relatório de pesquisa de preços, sequência 07, encontra-se a análise de preços das licitações do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e dos orçamentos recebidos, após consulta a empresas especializadas, sequência 05.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação será por lote único, tendo em vista as questões operacionais, a interdependência técnica entre as etapas do gerenciamento dos resíduos, consequentemente, o princípio da economicidade, e os padrões de mercado.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Como mencionado no item 2, a atual contratação desses serviços, objeto do processo nº 23006.004792/2020-99, deverá ser encerrada em 02 de julho de 2026, pois alcançará o limite legal de prorrogações, determinado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (revogada), combinado com o art. 190 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 07722779000106-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 25/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 492;
- IV) Classe/Grupo: 942 – Serviço de Eliminação de Rejeitos; e,
- V) Identificador da Futura Contratação: 154503 -295/2026.

No âmbito institucional, a gestão eficiente de resíduos da Universidade é um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC-PDI (2024-2033), em seu capítulo da Sustentabilidade Ambiental, que diz:

Realizar gestão eficiente dos resíduos sólidos, efetuando parcerias para dar solução local e sustentável às sobras dos RUs e às podas de vegetação, bem como a outras soluções sustentáveis para os demais resíduos gerados, levando-se em consideração o ciclo de vida e os parâmetros para aquisição, e procurando sempre a conscientização da comunidade acadêmica.(UFABC, 2024, p.165).

Nesse contexto, tal objetivo está relacionado no Planejamento da Gestão, cujo Relatório de Gestão de 2024[2], página 38, lista os Temas Geradores que pautam as estratégias. Assim, a contratação está diretamente ligada ao tema TG6: “Aprofundar a gestão sustentável e a qualidade de vida na UFABC”.

[2] Relatório de Gestão da UFABC, exercício 2024: [https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio\\_de\\_gestao/relatorio\\_gestao\\_2024.pdf](https://propladi.ufabc.edu.br/images/CPO/relatorio_de_gestao/relatorio_gestao_2024.pdf)

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### **Benefícios Diretos:**

- Prover condições salubres para o funcionamento da Universidade e, conseqüentemente, para o cumprimento da sua missão institucional.
- Prover maior segurança aos usuários que manejam este tipo de resíduo e a toda comunidade universitária que frequenta a UFABC.
- Evitar o acúmulo de resíduos perigosos nos Laboratórios, reduzindo o risco de acidentes.
- Evitar o descarte irregular de resíduos perigosos.
- Cumprir as exigências legais e normativas.
- Não onerar a UFABC, em decorrência da aplicação de multas pelos órgãos ambientais e sanitários.

### **Benefícios Indiretos:**

- Evitar a contaminação do solo e da água por meio da destinação controlada.
- Minimizar riscos de contaminação química, que possam comprometer a saúde pública e o meio ambiente.

- Aumentar a vida útil do aterro sanitário, realizando-se o devido tratamento prévio dos resíduos perigosos para a adequada destinação final.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Adotar as medidas necessárias para **início da nova contratação em 03 de julho de 2026, tendo em vista o encerramento da contratação formalizada através do processo 23006.004792/2020-99, conforme mencionado no item 1.**

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR)[1], os resíduos químicos da categoria “B” responde por cerca de 14% do total dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) produzidos no país.

Considerando o percentual de produção, ponderamos a necessidade de que cada estabelecimento gerador tenha uma preocupação constante com o gerenciamento dos resíduos químicos, desde a etapa do acondicionamento, coleta, transporte, tratamento até a destinação final; pois a omissão/ação inadequada traz consequências muito graves à saúde, ao bem estar da população, e à preservação do meio ambiente, tais como: a contaminação do solo, do lençol freático e das águas superficiais, como rios, mares e córregos, a proliferação de inúmeros vetores transmissores de doenças etc

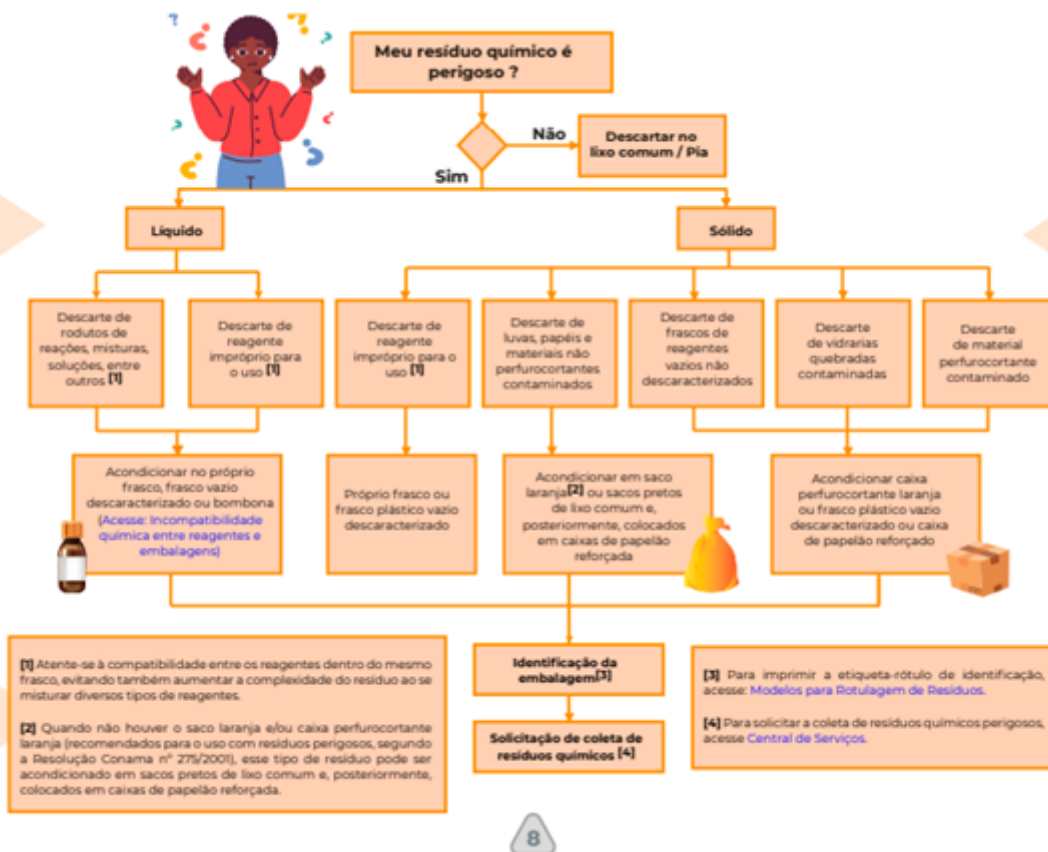
Nessa perspectiva, de acordo com a determinação no Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFABC-PLS [2] (2016-2022, pg.88), a Universidade, por meio da Comissão de Gestão de Resíduos (COGRE), publicou, no ano de 2022, a 2ª edição do seu Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos (PIGRE), que traz um manual completo de gerenciamento dos resíduos e reforça que com um gerenciamento adequado são evitadas contaminações do solo e da água, a disseminação de doenças e muitas outras formas de destruição ambiental.

O PIGRE, em sua 2ª edição, declara que:

A UFABC está rigorosamente comprometida com a gestão de resíduos e, assim, demonstra compromisso social e com o ambiente, além de caminhar paralelamente para um cenário sustentável. (UFABC, 2022, p.6).

Verifica-se que este compromisso institucional compreende desde a gestão interna desses resíduos, segundo a “Cartilha de resíduos da UFABC: somos todos responsáveis!”[3]” (figura abaixo), até o detalhamento das condições da presente contratação.

## Fluxograma dos procedimentos de descarte e armazenamento de resíduos químicos



Em consonância com as diretrizes de sustentabilidade para serviços na Administração Pública Federal, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi elaborado também com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU[4] (8ª edição, outubro/2025), contemplando as exigências de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021), Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) (Anexos I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 12, de 20 de agosto de 2021); dentre outras mencionadas no Termo de Referência, sequência 04.

Por fim, o Contratado deverá promover um gerenciamento pleno e correto dos resíduos químicos coletados, a fim de contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e proteção do meio ambiente (art. 225 da Constituição Federal de 1988, art. 6º da Lei Federal nº 12.305/2010, inciso IV do art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010).

[1] Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos: <https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>

[2] Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFABC-PLS (2016-2022): <https://www.ufabc.edu.br/images/reitoria/PlanoGestaoLogisticaSustentavel.pdf>

[3] Cartilha de Resíduos da UFABC: somos todos responsáveis!: <https://www.ufabc.edu.br/images/comissoes/CoGRe/cartilha-gestao-de-residuos-da-ufabc-somos-todos-responsaveis.pdf>

[4] Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª edição, outubro/2025: [https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis\\_2025.pdf](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf)

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara a viabilidade e a razoabilidade nesta contratação, com base nos elementos expostos neste ETP, consoante ao art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 e art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LANA CAROLINA CORREA DANNA**

Chefe da Seção Ambiental/Prefeitura Universitária

**FABIO ANTONIO SCHOLL**

Chefe da Seção Ambiental/Prefeitura Universitária - em substituição

**CASSIA GONCALVES DE SOUZA**

Equipe de apoio

**VANESSA SORAIA SALES DOS SANTOS**

Equipe de apoio



**ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC**

(Processo Administrativo nº 23006.002368/2026-03)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/20XX, QUE FAZEM  
ENTRE SI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
ABC E XXXXXXXXXXXX.

A **Fundação Universidade Federal do ABC**, com sede no(a) Avenida dos Estados, nº 5.001, Bairro Bangu, na cidade de Santo André/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.722.779/0001-06, neste ato representado(a) pelo(a) **Pró-reitora de Administração, Sra. Sara Cid Mascareñas Alvarez**, nomeado(a) pela Portaria da Reitoria nº 168, de 22 de março de 2018, publicada no DOU de 23 de março de 2018, portadora da Matrícula Funcional nº 1574068, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX/XX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXX, XXXXXX, conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no **Processo nº 23006.002368/2026-03** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº XX/20XX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns e contínuos de acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos químicos da categoria “B” para a Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do dia 03/07/2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 2 (dois) meses;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7. Comunicar ao Gestor do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.27. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.28. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.29. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.30. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.34. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 9.34.1. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.35.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 9.35.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 9.36. Fornecer, sempre que solicitado pelo Contratante, os seguintes documentos, devidamente assinados e preenchidos:
- 9.36.1. Comprovante de capacitação do veículo e dos equipamentos para o transporte de produtos perigosos, incluindo certificações aplicáveis emitidas pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada, bem como atendimento às exigências da legislação vigente da ANTT e ANVISA.

9.36.2. Ficha de emergência e envelope para o transporte de produtos perigosos, emitido pelo expedidor, elaborada e preenchida conforme a legislação vigente da ANTT e demais normas técnicas aplicáveis.

9.36.3. Laudo de recebimento de resíduos, quando aplicável, a ser entregue ao Contratante em até 60 (sessenta) dias após a coleta.

9.36.4. Certificado das análises efetuadas, se houver.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na



fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 26352/154503;
- II) Fonte de recursos: XXXX;
- III) Programa de trabalho: XXXX;
- IV) Elemento de despesa: XXXX; e
- V) Plano interno: XXXX; e
- VI) Nota de empenho: 20XXNEXXXXXX;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de Santo André para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Santo André, XX de XXXX de 20XX.

**SARA CID MASCAREÑAS ALVAREZ**  
Pró-Reitora de Administração  
Fundação Universidade Federal do ABC  
p/ CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXX  
p/ CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
Matrícula funcional, se houver:

Nome:  
Matrícula funcional, se houver: